

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Que coisinha mal ajambrada

Democracia, como dizia um dos pouquíssimos homens sérios deste país, o filósofo Millôr Fernandes, é quando eu mando em você. Ditadura é quando você manda em mim. No nosso caso particular, esse sistema hoje é um pouco mais complexo e até difícil de ser decifrado. Se classificarmos nossa democracia a partir dos candidatos que agora se apresentam para o pleito de outubro próximo, nosso sistema de democracia, para dizer o mínimo, necessitaria ser revisto ante os olhos da psicanálise ou mesmo da sociologia, tal o grau de desvio da realidade e da decência.

De um modo simples, poderíamos entender nosso atual estágio democrático com base apenas na hipertrofia dos partidos políticos, donos das candidaturas, ou, mais precisamente, com base na direção partidária e na vontade dos caciques. Não seria exagero supor que vivemos um momento em que a nossa democracia pode ser definida como resultado da vontade e dos caprichos dos caciques.

Não se sabe ao certo se por herança da cultura indígena, o fato é que estamos imersos numa espécie de caciquismo urbano, todo ele moldado com base nas mais de trinta lendas ou tribos que parasitam nosso sistema representativo. Nesse ponto é lícito afirmar que as federações partidárias nada mais são do que federações de tribos, todas elas de olho gordo nas benesses do poder.

O que acontece agora com as campanhas, que sequer tiveram início, mostram o tipo e a qualidade de democracia que temos nessa imensa aldeia chamada Brasil. Com todo o respeito que devemos aos índios, que foram desde sempre os verdadeiros donos desta terra, e cuja cultura genuína, por suas características sofisticadas, dista anos-luz da nossa, o que presenciamos na dança ritualística das campanhas de 2022 são arremedos de cultura, a mostrar o quão primitivo e selvagem podem ser os homens urbanos no país.

Nada do que se ouve e fazem em público pode nos remeter ao que seja civilização. Não à toa, foi dito, a respeito desses selvagens engravatados, que temos o melhor conjunto de políticos que o dinheiro pode comprar. Melhor conjunto em tudo o que há de ruim e malconformado.

Se a qualidade da democracia pouco importa, isso é outra coisa. O importante é a questão que compara a democracia diretamente aos seus representantes eleitos. Fosse uma personagem de carne e osso, que se visse diante de um espelho, a democracia brasileira não acreditaria no que estaria vendo. Difícil é saber o que fazer com esses zumbis que, um dia, sim, e outro também, surgem nas manchetes dos jornais, dizendo o que não são e o que não farão. O que ocorre agora com a candidata Simone Tebet (MDB) é apenas um fragmento colhido entre outros milhares de exemplos que todo dia mostram a selvageria de uma disputa, capaz de impor humilhação pública não apenas à indicada oficialmente pela legenda, mas, indiretamente, a todas as mulheres do país.

A verdade é que esta e outras campanhas passadas mostram bem o que somos em essência e como o mundo nos vê de longe. Sobre nossa democracia, poderíamos confessar para nós mesmos e em silêncio: que coisinha mal-ajambrada.

» A frase que foi pronunciada

“A democracia não pode ter sucesso a menos que aqueles que expressam sua escolha estejam preparados para escolher sabiamente. A verdadeira salvaguarda da democracia, portanto, é a educação.”

Franklin D. Roosevelt

Memória

» Hoje seria o 95º aniversário de Ari Cunha, criador desta coluna em 1960.

Notícia positiva

» Depois do sucesso da organização da Feira do Livro, Marcos Linhares divulga, agora, a Biblioteca de Gentes, do Instituto Fazer o Bem, inspirada no projeto dinamarquês Human Libraries, que propõe uma forma diferente de leitura: a leitura de pessoas.

Dada a largada

» Ontem, Darley, Luiz Eduardo e Núbia inauguraram a primeira edição do projeto. Segundo Linhares, no projeto Biblioteca de Gentes, cada pessoa escolhe um número e é dirigido a uma mesa, depois de formadas as mesas, cada um dos convidados com seus respectivos números assume o seu lugar e conta a sua história. Não será divulgado os nomes completos das pessoas para que sejam encontros-surpresa.

Na biblioteca

» “São páginas lindas de vidas inspiradoras, que não aceitaram as dificuldades que a vida lhes impôs. São obras abertas e que, ao terminar, respondem perguntas. A duração total varia de 45 a 60 minutos”, revela o presidente do Instituto, Marcos Linhares, que também coordena a programação cultural da BDB, na 506/507 Sul.

Fora da lei

» Não é o período seco que causa incêndio na mata. São os grileiros. No Setor de Mansões do Lago Norte, pelo Trecho 9, começou a corrida por terra alheia. Nada de fiscalização, pelo contrário. O que parece área verde é terreno vendido.

» História de Brasília

Já que o povo não se educa num dia, e a manutenção de um guarda para os jardins parece dispendiosa, o melhor seria atender a êsse problema em parte, para que não se perca, de uma vez, a beleza dos jardins. (Publicada em 2/3/1962)

Ubaldo vive

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO
Consultor em estratégia



eletrônicas, repetindo as mesmas mentiras de sempre. O mais grave nesse episódio é ver um chefe de Estado, em pleno exercício do cargo, agir para desmoralizar o próprio país perante o mundo.

De imediato, a reação dos embaixadores foi de absoluta perplexidade. E, no dia seguinte, alguns governos nacionais fizeram questão de declarar oficialmente que o Brasil tem um histórico de eleições limpas e seguras. O destaque foi a nota emitida pelo governo dos EUA. No plano interno, representantes de outros poderes e da sociedade civil saíram a campo condenando de forma enfática o comportamento presidencial. O presidente do TSE fez questão de rebater enfaticamente todas as fake news presidenciais. Os únicos a se manterem em vergonhoso silêncio foram Arthur Lira e Augusto Aras. Este último está sendo pressionado pelos procuradores dos Direitos do Cidadão nos 26 Estados e no Distrito Federal para que abra um processo investigativo.

Outra informação relevante foi que os comandantes das FFAA se esquivaram de comparecer à reunião, revelando um sinal de lucidez que, diga-se de passagem, tem faltado a eles e ao ministro da Defesa nos últimos meses.

O comando da campanha pela reeleição considerou que o episódio foi um verdadeiro tiro no pé. Inclusive fizeram circular na mídia notas acusando os três responsáveis pela ideia, apelidados de aloprados: o general Augusto Heleno, famoso por cantarolar “se gritar pega Centrão, não fica um meu irmão”, o assessor especial para Assuntos Internacionais, Filipe G. Martins, conhecido por fazer um gesto supremacista branco em uma solenidade no Planalto; e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Célio Faria Jr.

Por tudo isso, fico surpreso em ver importantes analistas políticos avaliarem que a tal reunião foi mais um passo em direção ao golpe. Especulam que, se ele perder a eleição, poderemos ver cenas semelhantes às da invasão do Capitólio nos EUA. Ora, ao insistirem nessa tese, acabam por fazer exatamente o jogo do presidente. Aliás, o maior risco de golpe reside na possibilidade do incumbente conquistar mais um mandato.

Temos que manter nossa firme defesa da democracia, deixando claro que não permitiremos nenhum roubo golpista. Vamos nos mirar nos exemplos passados de Ulysses e Tancredo. Ubaldo deve viver apenas em nossa memória afetiva.

Infraestrutura e BNDES

» VENILTON TADINI
Presidente da Abdib

» ROBERTO GUIMARÃES
Diretor de Planejamento e Economia

As concessões de serviços públicos de infraestrutura foram o instrumento de política econômica que mais avançou no Brasil nos últimos anos. Os processos de licitação estão mais maduros, com projetos mais bem estruturados e maior articulação entre órgãos de regulação e controle. Eles deixaram de carregar o ranço ideológico do passado e, num ambiente de escassez de recursos públicos, passaram a contribuir para a solução dos graves problemas da infraestrutura do país.

É claro que algumas lacunas resistem e impedem um avanço ainda maior. As principais delas estão relacionadas com a insegurança jurídica e com as condições de financiamento. O problema da insegurança jurídica vem sendo resolvido aos poucos, com o aperfeiçoamento do trabalho dos órgãos reguladores e a transparência do diálogo com o poder concedente. O segundo, o da dificuldade de obter recursos, ainda precisa avançar muito.

De acordo com os levantamentos da Abdib, o investimento na infraestrutura brasileira somou R\$ 148,2 bilhões em 2021 — valor inferior em 28,6% ao pico atingido em 2014, quando foi aplicado, em números atualizados, um total de R\$ 207,5 bilhões. Os estudos da entidade mostram a necessidade de investimentos anuais correspondentes a 4,3% do PIB, algo em torno de R\$ 374,1 bilhões por ano nos próximos 10 anos. Só assim, o país reduzirá de forma significativa os gargalos que impedem o desenvolvimento econômico e social. A defasagem mais visível é a dos setores de transportes e logística e de saneamento básico.

Para cobrir esse hiato, serão necessários, a números de hoje, algo em torno de R\$ 226 bilhões por ano. Esse é o ponto a ser discutido: projetos de infraestrutura, por natureza, requerem investimentos de longo prazo — modalidade que os bancos privados têm dificuldades de funding para atender. No Brasil ou em qualquer outro país eles só atuam de forma procíclica na concessão de crédito. Em momentos de recessão ou de incertezas, como o que estamos vivendo, retraem as operações que envolvem riscos e esperam a situação melhorar para voltar a atuar.

Para fazer frente a um programa da magnitude que o Brasil necessita, é imperativo reforçar e ampliar o papel do BNDES no fomento à infraestrutura. É preciso que a atuação do banco, que vem diminuindo nos últimos anos, seja estimulada. Nesse sentido, é preciso resgatar o papel do BNDES como banco público de fomento à infraestrutura, como é comum em outros países.

A Alemanha, por exemplo, conta com o DEG e o KfW. A Espanha, com a Cofides, a Enisa e o ICO. Na Coreia do Sul existem o IBK, o KDB e a KICGF. Na França, AFD, BPI, CDC e FSI. Na Índia, Icici, Ibdí, Ifci e IIFCL. Por trás de cada uma dessas siglas há um banco ou uma agência de fomento com disposição para injetar recursos no desenvolvimento de seu país. No Brasil, infelizmente, o banco opera sob condições que dificultam uma atuação mais destacada do que vem tendo.

A partir de 2018, quando a TJLP foi substituída pela TLP, o banco deixou de contar com um instrumento que permite ações

anticíclicas — ou seja, capazes de estimular setores específicos da economia em momentos de dificuldade ou em caso de interesse estratégico. Por suas características, a TLP, que carrega os juros dos títulos do Tesouro Nacional, virou uma taxa procíclica. Ela se torna mais pesada justamente nos momentos em que o tomador do crédito terá maior dificuldade para arcar com os custos do empréstimo.

Nessas condições, o Estado brasileiro perdeu a capacidade de executar uma política pública anticíclica ou de apoiar determinados setores por intermédio de seu principal banco de fomento. É preciso, com a devida urgência, alterar esse mecanismo. A Abdib não defende taxas de juros subsidiadas a esmo. Mas enxerga a necessidade de, como acontece nos países desenvolvidos, dar ao banco de fomento um instrumento que possa ser utilizado, quando e se necessário, no apoio a projetos estratégicos de impacto econômico ou social, cuja modelagem mostre baixo retorno ao capital privado. Tudo com transparência e fiscalização. E mais: se acionado, o subsídio precisa estar explícito no Orçamento da União.

Ao contrário do que podem pensar os críticos mais apressados da ideia, ela não se destina a beneficiar o empresário, mas a proteger o trabalhador. Afinal, ele é o dono dos recursos do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que constitui a maior parte de funding do BNDES. A ideia é que, destinando esses recursos para projetos de infraestrutura, eles ajudem a multiplicar a renda e o emprego.